

Coleção  
**ENSAIOS**  
DE PROCESSO CIVIL

Eduardo de Avelar Lamy  
Pedro Manoel Abreu  
Pedro Miranda de Oliveira  
Coordenadores

7



# ASPECTOS PROCESSUAIS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**GERALDO FONSECA DE BARROS NETO**

**PREFÁCIO**  
**SÉRGIO SHIMURA**



Florianópolis – 2014

**Editora CONCEITO EDITORIAL**

**Presidente**  
Salézio Costa

**Editores**  
Orides Mezzaroba  
Valdemar P. da Luz

**Assistente Editorial**  
Nécio S. Vargas

**Capa e Diagramação**  
Paulo H. Benczik

**Conselho Editorial**  
André Maia  
Adriana Mildart  
Aline de C. M. Maia Liberato  
Carlos Alberto P. de Castro  
Cesar Luiz Pasold  
Diego Araujo Campos  
Edson Luiz Barbosa  
Fauzi Hassan Choukr  
Jacinto Coutinho  
Jerson Gonçalves C. Junior  
João Batista Lazzari  
Jonas Machado Ramos

José Antônio Peres Gediél  
José Antônio Savaris  
Lenio Luiz Streck  
Marcelo Alkmim  
Martonio Mont'Alverne B. Lima  
Michel Mascarenhas  
Renata Elaine Silva  
Samantha Ribeiro Meyer Pflug  
Sérgio Ricardo F. de Aquino  
Theodoro Vicente Agostinho  
Vicente Barreto  
Vladmir Oliveira da Silveira  
Wagner Balera

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Cristina G. de Amorim CRB-14/898

B277a

Barros Neto, Geraldo Fonseca de  
Aspectos Processuais da Recuperação Judicial/Geraldo Fonseca de Barros Neto -  
Florianópolis: Conceito Editorial, 2014.  
218p.

ISBN 978-85-7874-344-4

1. Recuperação Judicial 2. Processo Judicial 3. Procedimentos especiais  
4. Processo Falimentar 5. Empresa em crise 6. Título

CDU – 340

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo.  
A violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e  
na Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

© Copyright 2014 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Rua Hipólito Gregório Pereira, 700 – 3º Andar  
Canasvieiras – Florianópolis/SC. – CEP: 88054-210

Editorial: Fone (48) 3205-1300 – editorial@conceitojur.com.br

Comercial: Fone (48) 3240-1300 – comercial@conceitojur.com.br

[www.conceitojur.com.br](http://www.conceitojur.com.br)

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA**

Nº

DATA

14.11.13

# SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>9</b>
<b>NOTA DOS COORDENADORES .....</b>	<b>11</b>
<b>PREFÁCIO - SÉRGIO SHIMURA .....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1. RECUPERAÇÃO DA EMPRESA E SEU PROCESSO JUDICIAL.....</b>	<b>23</b>
1.1. Noções preliminares sobre a recuperação judicial .....	23
1.2. Recuperação judicial pelo processo.....	27
1.3. Especialidade do processo de recuperação.....	32
<b>2. JURISDIÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....</b>	<b>39</b>
2.1. Indispensabilidade da jurisdição estatal .....	39
2.2. Competência.....	41
2.2.1. Juízo competente.....	41
2.2.2. Natureza da competência .....	44
2.2.3. Reconhecimento da incompetência .....	48
2.2.4. Prevenção.....	49
2.3. Características específicas do juízo da recuperação judicial.....	51
2.4. Administrador judicial .....	54
2.4.1. Noções gerais.....	54
2.4.2. Seleção.....	56
2.4.3. Remuneração.....	58
2.4.4. Substituição e destituição .....	61
2.4.5. Responsabilidade .....	62
2.4.6. Legitimidade recursal do administrador judicial.....	62
2.5. Participação do Ministério Público .....	64
<b>3. PARTES.....</b>	<b>69</b>
3.1. Polo ativo.....	69

3.1.1. Legitimidade ordinária .....	69
3.1.2. Legitimidade extraordinária .....	70
3.1.3. Situação dos coobrigados, fiadores e obrigados de regresso .....	71
3.1.4. Litisconsórcio ativo .....	72
3.2. Polo passivo .....	75
3.2.1. Credores como réus .....	75
3.2.2. Litisconsórcio passivo na recuperação judicial .....	76
3.2.3. Credores sujeitos ao processo .....	78
3.2.4. Credores não sujeitos ao processo .....	78
3.2.5. Situações especiais .....	81
3.2.6. Comitê de credores .....	84
<b>4. ADMISSIBILIDADE E MÉRITO .....</b>	<b>87</b>
4.1. Noções gerais .....	87
4.2. Admissibilidade do julgamento da recuperação judicial .....	90
4.2.1. Sujeitos da Lei n. 11.101/2005 .....	90
4.2.1.1. Empresário .....	90
4.2.1.2. Sociedade empresária .....	93
4.2.1.3. Empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) .....	93
4.2.2. Empresários excluídos da abrangência da Lei n. 11.101/2005 .....	95
4.2.3. Requisitos específicos do empresário para requerer recuperação judicial .....	95
4.3. Juízo de admissibilidade .....	96
4.4. Mérito da recuperação judicial .....	99
<b>5. PROCEDIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....</b>	<b>101</b>
5.1. Noções gerais sobre os diferentes procedimentos da recuperação judicial .....	102
5.1.1. Procedimento ordinário e procedimento simplificado para a micro e a pequena empresa .....	102
5.1.2. Procedimento principal e procedimento incidental para verificação de créditos .....	103
5.2. Visão geral do procedimento ordinário principal .....	103
5.3. Petição inicial .....	104
5.3.1. Requisitos da petição inicial .....	104

5.3.2. Efeitos do ajuizamento .....	109
5.4. Deferimento do processamento .....	109
5.4.1. Natureza do ato .....	109
5.4.2. Suspensão das ações pelo deferimento do processamento .....	113
5.4.2.1. Fundamentos .....	113
5.4.2.2. Prazo suspensivo .....	115
5.4.2.3. Situações não atingidas pela suspensão.....	117
5.4.2.4. Suspensão no confronto com o direito de ação.....	118
5.4.3. Impossibilidade de livre desistência da ação.....	120
5.4.4. Publicidade do regime de recuperação judicial.....	122
5.5. Citação .....	123
5.6. Apresentação do plano de recuperação .....	127
5.7. Defesa .....	130
5.7.1. Defesa no processo de recuperação judicial.....	130
5.7.2. Objeção ao plano de recuperação judicial.....	132
5.8. Assembleia geral de credores.....	135
5.8.1. Conceito .....	135
5.8.2. Procedimentos de convocação e instalação .....	136
5.8.3. Participantes.....	137
5.8.4. Desenvolvimento dos trabalhos.....	142
5.8.5. Classes de credores e deliberação sobre o plano de recuperação.....	143
5.8.6. Suspensão prévia e invalidação da assembleia.....	145
5.9. Sentença .....	147
5.9.1. Natureza da sentença e da tutela jurisdicional na recuperação judicial.....	147
5.9.2. Resultado da assembleia geral e seu reflexo na sentença.....	151
5.9.2.1. Regra geral: vinculação do juiz à decisão dos credores....	151
5.9.2.2. Verificação das formalidades da assembleia geral.....	152
5.9.2.3. O juiz e o conteúdo do plano.....	153
5.9.2.4. Concessão da recuperação com plano rejeitado: o <i>cramdown</i> .....	154
5.9.2.5. Abuso do direito de rejeição do plano.....	157

5.9.2.6. Decretação da falência como consequência da rejeição do plano .....	158
5.9.2.7. A questão das certidões tributárias como requisito à concessão da recuperação.....	159
5.10. Recurso contra a sentença .....	160
<b>6. PROCEDIMENTO PARA VERIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS.....</b>	<b>163</b>
6.1. Conceitos e visão geral .....	163
6.2. Fase administrativa .....	164
6.3. Fase judicial .....	168
6.4. Formação do quadro geral de credores.....	173
6.5. Ação rescisória especial.....	174
<b>7. PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....</b>	<b>177</b>
7.1. Fundamentos .....	177
7.2. Peculiaridades do procedimento simplificado.....	178
<b>8. PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO ENCERRAMENTO E AO CUMPRIMENTO DO PLANO .....</b>	<b>181</b>
8.1. Fase de observação.....	181
8.2. Descumprimento do plano e convolação em falência .....	181
8.3. Encerramento e novação.....	182
8.4. Descumprimento posterior ao encerramento.....	184
8.4.1. Execução forçada .....	184
8.4.2. Pedido de falência.....	185
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>187</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>193</b>